



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Rodovia Murucutum, s/nº, Entrada da CEASA - Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66610-903
Telefone: (91) 3202-3838/ 3853/ 3284 , - <http://www.incra.gov.br>

EDITAL Nº 1680/2023

Processo nº 54000.135721/2023-63

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DO NORDESTE DO PARÁ - SR(PA/NE)

EDITAL DE COMUNICAÇÃO Nº 1680, DE 2023

SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PNRA

EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA - PAE CRIADOS PELO INCRA

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO NORDESTE DO PARÁ- SR(PA/NE), Sr. Manoel Raimundo Carvalho Moraes, nomeado pela Portaria Nº 102, de 23 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 58, Seção 2, Página 16, de 24/03/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso V do art. 112 do Regimento Interno do Incra aprovado pela Portaria nº 2.541, de 2022, publicada no DOU de 30/12/2022, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 136/2023, torna público o presente Edital de Comunicação da seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, no **PAE ILHA QUEIMADA (PA0487000)**, criado em 31/12/2008, localizado no município de AFUÁ.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo de seleção será restrito às famílias de população tradicional que já residam na área do **PAE ILHA QUEIMADA**.

2. LOCAL DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período de 22/12/2023, conforme:

Município de inscrição	Endereço da inscrição	Data e horário da inscrição
AFUÁ	Associação do projeto	22/12/2023; 8:00

Local da inscrição.

3. INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição é gratuita e poderá ser feita por qualquer interessado de forma individual, que indicará os titulares e os demais integrantes da unidade familiar candidata.

3.2. Para candidatar a família a beneficiária do PNRA, o interessado deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, (CadÚnico) nos termos do disposto no Decreto nº 11.016, de 2022.

3.3. Para a inscrição, deverá ser utilizado o formulário disponível no modelo do [Anexo I deste Edital].

3.4. DOCUMENTOS PESSOAIS OBRIGATÓRIOS PARA APRESENTAR NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO:

3.4.1. É obrigatória, no ato da inscrição, a apresentação do original ou cópia autenticada dos seguintes documentos dos representantes da unidade familiar candidata:

I - Documento de identificação civil com foto e fé pública em todo o território nacional (carteira de identidade ou carteira de trabalho ou carteira de habilitação);

II - Número de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III - Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, da Previdência Social, pelo <https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/extrato>

IV - Extrato do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, disponível Consulta Cidadão (para o candidato) está disponível pelo site: www.mds.gov.br/consultacidadao e pelo aplicativo para celulares Android "Meu CadÚnico".

V - Nas situações de estado civil:

Solteiro: Certidão de Nascimento;

Solteiro emancipado: Comprovação dentre aquelas previstas no Código Civil, a saber - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público; exercício de emprego público efetivo; colação de grau em curso de ensino superior; estabelecimento civil ou comercial, ou existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezenas anos completos tenha economia própria.

Casado: Certidão de Casamento;

União estável: Certidões de Nascimento e Declaração de União Estável;

Divorciado, desquitado ou separado judicialmente: Averbações na Certidão de Casamento;

Viúvo: atestado de óbito;

3.4.2. E ainda, na inscrição apresentar documentos comprobatórios para a pessoa que:

Tiver mandato de representação sindical, associativa ou cooperativa: identificação dos demais integrantes da unidade familiar que se comprometem a explorar a parcela, na hipótese de a unidade familiar ser composta por apenas um indivíduo, deverá comprovar a compatibilidade do trabalho com a exploração da parcela e documentação pessoal dos demais integrantes da unidade familiar que se comprometem a explorar a parcela;

Possuir deficiência que se inscrevam de maneira individual, será exigida apresentação de laudo médico que ateste a capacidade de exploração da parcela; e

For aposentado por invalidez que se inscrevam de maneira individual, será exigida apresentação de laudo médico que ateste a capacidade de exploração da parcela.

Comprovante de que presta serviço de interesse comunitário à comunidade rural ou à vizinhança do Projeto de Assentamento, desde que o exercício do cargo, do emprego ou da função pública seja compatível com a exploração da parcela pela unidade familiar e ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada.

Ocupação e uso o território e os recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme definido no Decreto nº. 6.040 de 2007 como Povos e Comunidades Tradicionais.

3.4.3. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, do direito de indeferir do processo seletivo aquele que não preencher os requisitos completos ou apresentar informações inconsistentes ou divergentes dos documentos comprobatórios solicitados no item 3.4 deste Edital.

4. NÃO PODERÁ SER SELECIONADO COMO BENEFICIÁRIO DO PNRA:

4.1. TERÁ INDEFERIDA A INSCRIÇÃO:

I – for ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada;

II - tiver sido excluído ou se afastado de programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário, sem consentimento do seu órgão executor;

III - for proprietário rural, exceto o desapropriado do imóvel para o qual ocorre a seleção e o agricultor cuja propriedade seja insuficiente para o sustento próprio e o de sua família;

IV - for proprietário, quotista ou acionista de sociedade empresária em atividade; V - for menor de dezoito anos, não emancipado na forma da lei civil; ou

VI - auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais ou a um salário mínimo per capita.

4.1.1. As disposições constantes dos itens acima I, II, III, IV e VI do item 4.1 deste Edital se aplicam aos cônjuges e companheiros, inclusive em regime de união estável, exceto em relação ao cônjuge separado judicialmente ou de fato que não tenha sido beneficiado pelos programas de que trata o item II do 4.1 deste Edital.

4.1.2. Na hipótese de alteração da composição da unidade familiar por inclusão de novo integrante cônjuge ou companheiro de beneficiário já homologado, não será necessária nova verificação dos requisitos de elegibilidade.

4.1.3. A vedação de que trata o inciso I do item 4.1 deste Edital não se aplica ao candidato que preste serviços de interesse comunitário à comunidade rural ou à vizinhança do projeto de assentamento, desde que o exercício do cargo, do emprego ou da função pública seja compatível com a exploração da parcela pela unidade familiar.

4.1.4. Para fins do disposto no item 4.1.3 deste Edital, são considerados como de interesse comunitário as atividades e os serviços prestados nas áreas de saúde, educação, transporte, assistência social e agrária.

4.1.5. Para fins do disposto no item VI do item 4.1 deste Edital, o Incra analisará a renda per capta apenas quando a renda familiar for superior a três salários-mínimos.

4.2. Desde que não se enquadre nos impedimentos previstos no 4.1 deste Edital, poderá ser beneficiário do PNRA o candidato que exerce mandato de representação sindical, associativa ou cooperativa se for comprovada a compatibilidade do exercício do mandato com a exploração da parcela pela unidade familiar.

4.3. Da decisão de indeferimento da inscrição caberá recurso ao Comitê de Decisão Regional - CDR, em 15 (quinze) úteis, contados da publicação do Edital.

4.3.1. Após o julgamento dos recursos pelo CDR, a Superintendência Regional divulgará, no sítio eletrônico do Incra, o resultado do processo de seleção.

5. RESULTADOS:

5.1. Após os resultados do processo de seleção do PAE será divulgada no sítio eletrônico do Incra:

I - Relação de Famílias Beneficiárias (RB) - unidade familiar selecionada e homologada no PNRA;

II - Relação de Famílias Vinculadas (RV), se houver - unidade familiar considerada não apta pelas vedações previstas no art. 7º do Decreto nº 9.311, de 2018, sem acesso às políticas públicas do PNRA, mas poderão participar de outros programas governamentais, sem sair da área do PAE conforme sua identificação.

Manoel Raimundo Carvalho Moraes

Seleção das Famílias Beneficiárias do PNRA

Superintendente Regional do Incra - SR(PA/NE)



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Raimundo Carvalho Moraes, Superintendente**, em 19/12/2023, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 18849360 e o código CRC 01CA4307.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA - PAE

PAE: _____

Processo SEI Nº:

1 - CADASTRO:

A - IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR 1

A.1. Nome completo (sem abreviações):	
A.2. Sexo: () F () M	A.3. Data de Nascimento: ____/____/____
A.4. Documentos obrigatórios:	
I – Identidade Nº _____ / Órgão Emissor: _____ UF: _____	
II - Número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF: _____	
A.5. Nas situações de estado civil:	
(<input type="checkbox"/> 1- Solteiro; (<input type="checkbox"/> 2- Casado; (<input type="checkbox"/> 3- Divorciado ou Separado Judicialmente; (<input type="checkbox"/> 4- Viúvo.	
A.6. Ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada e que presta serviço de interesse comunitário à comunidade rural ou à vizinhança do Projeto de Assentamento, desde que o exercício do cargo, do emprego ou da função pública seja compatível com a exploração da parcela pela unidade familiar: (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim. (<input type="checkbox"/> Não se aplica	
A.7. Excluído ou afastado do programa de reforma agrária com consentimento do seu órgão executor? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
A.8. Proprietário rural com propriedade é insuficiente para o sustento próprio e o de sua família? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica.	
A.9. Menor emancipado na forma da lei civil? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
A.10. Aposentado por invalidez e possui capacidade de exploração agrícola da parcela pela unidade familiar? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
A.11. Deficiente físico e possui capacidade de exploração agrícola da parcela pela unidade familiar? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
A.12. Ocupante de cargo, no exercício do cargo, do emprego ou da função pública compatível com a exploração da parcela pelo indivíduo ou pelo núcleo familiar beneficiado? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	

1. B - IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR 2

B.1. Nome Completo (sem abreviações)	
B.2. Sexo: (<input type="checkbox"/>) F (<input type="checkbox"/>) M	B.3. Data de Nascimento: ____/____/____
B.4. Documentos obrigatórios:	
I – Identidade Nº _____ / Órgão Emissor: _____ UF: _____	
II - Número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF: _____	
B.5. Nas situações de estado civil:	
(<input type="checkbox"/> 1- Solteiro; (<input type="checkbox"/> 2- Casado; (<input type="checkbox"/> 3- Divorciado ou Separado Judicialmente; (<input type="checkbox"/> 4- Viúvo.	
B.6. Ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada e que presta serviço de interesse comunitário à comunidade rural ou à vizinhança do Projeto de Assentamento, desde que o exercício do cargo, do emprego ou da função pública seja compatível com a exploração da parcela pela unidade familiar: (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim. (<input type="checkbox"/> Não se aplica	
B.7. Excluído ou afastado do programa de reforma agrária com consentimento do seu órgão executor? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
B.8. Proprietário rural com propriedade é insuficiente para o sustento próprio e o de sua família? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica.	
B.9. Menor emancipado na forma da lei civil? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
B.10. Aposentado por invalidez e possui capacidade de exploração agrícola da parcela pela unidade familiar? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	
B.11. Deficiente físico e possui capacidade de exploração agrícola da parcela pela unidade familiar? (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Sim (<input type="checkbox"/> não se aplica	

3 - DECLARAÇÃO / ENDEREÇO

2.1. De acordo com art. 299 do Código Penal Brasileiro: é crime omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, sob pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público.	
(<input type="checkbox"/>) DECLARO, para os devidos fins, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e estou ciente e de acordo com todas as regras do processo de seleção do INCRA.	
(<input type="checkbox"/>) DECLARO para os devidos fins, que ocupo e uso o território e os recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme definido no Decreto nº. 6.040 de 2007 como Povos e Comunidades Tradicionais.	
2.2. Assinatura do Indivíduo 1:	2.3. Data ____/____/____
2.4. Assinatura do Indivíduo 2:	2.5. Data ____/____/____
2.6. Telefone () _____	2.7. E-mail: _____
2.8. Responsável pelo Preenchimento: _____	2.9. Matrícula: _____

2.10. Local do preenchimento: _____

2.13. Data ____/____/____